

EDUCAÇÃO

Volta às aulas presenciais em Minas será facultativa e seguirá modelo híbrido

PÁGINA 05



CIDADE



Rotary comemora 116 anos de história e serviços voluntários

PÁGINA 07

REFLEXÃO

A música, exemplo de ação em favor do diálogo ecumênico

PÁGINA 03

VACINA



Idosa de 101 anos é vacinada contra a Covid-19 em Simonésia

PÁGINA 09

POLÍCIA



Secretaria de Segurança do Espírito Santo se reúne com a Polícia Civil de Manhuaçu para conhecer "Plantão Digital"

PÁGINA 09



O Maior índice de colocação no Mercado de Trabalho.

VESTIBULAR ON-LINE
www.unifacig.edu.br
(33) 3339-5500



PALAVRA DE VIDA

3º DOMINGO DA QUARESMA - 07/03/2021

1ª LEITURA - Ex 20,1-17

Estamos diante dos dez mandamentos. Para facilitar a memorização a Igreja apresenta os dez mandamentos em apenas dez frases. A introdução é muito importante para se entender todo o decálogo e amá-lo como proposta de vida. Os mandamentos foram dados após a libertação da escravidão do Egito. Ali prevalecia a opressão e a morte. Agora libertado por Deus o povo tem possibilidade de vida. Os dez mandamentos são a proposta de vida que Deus apresenta para o povo. Se eles não se esforçarem por vivê-los, eles correm o risco de voltarem à opressão e morte sofridas já no Egito. Assim o centro dos mandamentos é: "Não matarás". Na introdução fica claro que Deus é o único Senhor, o libertador, o promotor da vida. O que propõe é uma sociedade justa, fraterna e solidária, que promova a vida e não a morte como no Egito.

O 1º mandamento a Igreja sintetiza na frase: Amar a Deus sobre todas as coisas. Qualquer amor, mesmo o de pais, de filhos, de cônjuges, maior do que o amor de Deus é idolatria. É fabricar alguma coisa material ou mentalmente e colocá-la acima de Deus. Deus está acima de tudo e de todos. Pensar o contrário é idolatria. É bom lembrar que isto nada tem a ver com a imagem dos nossos santos. Pois a imagem nos lembra exatamente, que vale a pena dar a vida pelos irmãos como fizeram os santos por causa de sua entrega total ao único Senhor e Deus Jesus Cristo. Todos os nossos santos são considerados santos, exatamente, porque viveram radicalmente o primeiro mandamento. Suas imagens nos recordam que

não existe outro Deus além do nosso Deus e Pai que se manifestou em Jesus Cristo com toda a força do Espírito Santo.

O 2º mandamento proíbe usar o nome de Deus para testemunhar mentira para acobertar a fraude, a escravidão e a morte. O 3º diz respeito ao dia de descanso que para a religião judaica era o sábado. Proibir o trabalho num dia de semana era sinal de libertação e de vida. Era um basta à ganância e à exploração. O povo de Deus não é mais escravo no Egito. Também no Segundo Testamento o novo povo de Deus foi libertado da escravidão e da morte. Ele precisa tomar consciência disso e cultivar o Deus de Jesus Cristo, que o libertou com sua ressurreição no 1º dia da semana. Este dia ficou sendo chamado "domingo", que traduzido significa: "Dia do Senhor". O 4º mandamento é honrar pai e mãe como fonte da vida. A vida vem de Deus através dos nossos pais e não através do faraó do Egito e suas divindades pagãs. O 5º mandamento é uma espécie de eixo, de centro e de síntese dos mandamentos, pois tudo o que impede a vida deve ser proibido como gerador de morte. O 6º mandamento é a promoção da vida em família. O adultério destrói a relação familiar. A Igreja com a formulação: "Não pecar contra a castidade" amplia o respeito à vida do corpo e do espírito além das relações familiares. O 7º mandamento: "Não roubar" é também mais amplo do que parece. Implica em promoção e respeito à vida da pessoa com tudo o que lhe pertence: seus bens, sua dignidade, sua liberdade. O salário mingüado, a falta de condição digna de trabalho, a escravidão são um roubo ou um as-

sassinato por parte dos patrões e legisladores, pois isto destrói a vida. Por outro lado quem rouba para matar sua fome não está pecando. "Não levantar falso testemunho" - O 8º mandamento - é a preservação da vida através de julgamento e sentenças justas nos tribunais. Que dizer de nossos advogados, de nossos juizes, de nossa justiça? Os dois últimos mandamentos condenam a cobiça como a raiz de todos os males e injustiças.

2ª LEITURA - 1Cor 1,22-25

Decepcionado depois de falar para homens cheios de sabedoria humana em Atenas (At 17,22-34), Paulo entende a loucura do Crucificado, pois Jesus quis ser solidário com aqueles que a sociedade crucifica. Judeus consideram o suplício da cruz como uma maldição (cf. Gl 3,13), e buscam uma religião de milagres, fácil, sem compromisso, sem solidariedade com o pobre e o sofredor. Os gregos cultivam a razão, a ciência, não o coração de Deus manifestado no amor de Cristo. Assim, para judeus, Jesus é escândalo, para os pagãos, loucura. Mas para todos os que atendem ao chamado de Deus, judeus ou gregos, Cristo é a expressão do poder, da sabedoria, do amor, da misericórdia de Deus. A loucura do amor de Deus, manifestada na fraqueza da encarnação, paixão e morte de Jesus na cruz, supera toda a sabedoria e fortaleza dos homens.

EVANGELHO - Jo 2,13-25

A páscoa para São João já há muito tempo deixou de ser a celebração da libertação do povo. O evangelista diz que a Páscoa é dos ju-



deus, não é do grupo de Jesus. "Judeus" indicam as lideranças religiosas e políticas que manipulavam, controlavam e exploravam o povo através da religião, através dos sacrifícios do Templo. Jesus não concordava com este tipo de religião opressora. O uso do chicote realiza a profecia messiânica de Zc 14,21, que prevê um culto sem manipulação e exploração do povo. Quando Jesus expulsa os animais usados no sacrifício, ele quer declarar inválidos todos estes sacrifícios, como também o culto explorador. Jesus tem uma atenção especial para as pombas que eram a matéria do sacrifício dos pobres para a purificação e expiação dos seus pecados. Quer dizer, os líderes religiosos estavam vendendo o perdão do Deus da gratuidade. Era a inversão total do sentido da religião. O Deus libertador é passado para os pobres com a imagem de um Deus explorador e opressor. É claro que o Filho tinha que reagir diante dessa imagem invertida do Pai.

O gesto de Jesus suscita duas reações: A primeira é dos discípulos. Jesus veio para substi-

tuir o Templo, mas os discípulos estão pensando que ele veio para reformar o Templo. Para Jesus, entretanto, o Templo já não está cumprindo mais suas funções. Agora o novo Templo é o corpo de Jesus, que os judeus vão destruir, mas que Jesus vai de novo ressuscitar. A segunda reação é justamente dos donos do Templo, os judeus (que representam os dirigentes) que pedem um sinal para justificar a conduta de Jesus. O sinal que Jesus dá é exatamente o sinal da sua morte e ressurreição: "destruam este Templo, e eu em três dias o levantarei". O evangelista tem o cuidado de dizer que Jesus falava do Templo de seu corpo.

O restinho do evangelho diz que Jesus não confiava nas pessoas que não queriam acreditar de verdade no significado profundo dos seus sinais, ou seja, de que Jesus é o Filho de Deus, mas viam nele apenas um milagreiro e reformador das velhas instituições.

Dom Emanuel Messias
de Oliveira
Bispo Diocesano de
Caratinga

tribuna
do LESTE

Praça 05 de Novembro, 339, 5º andar - Centro
Manhuaçu - MG. Tel.: (33) 3332-2330
CNPJ: 21.299.292/0001-85 - ISSN 2317-8780

Fundador: Pe. Júlio Pessoa Franco
Diretor Geral: Pe. Carlos Altoé, SDN
Editor: Leonardo Medeiros.
Revisão: Maria Leontina Pereira Gomes Lobato
Diagramação: João Pedro Amorim
Diretor de Jornalismo: Pe. Mundinho, SDN

Órgão Oficial das Comarcas de Manhuaçu, Manhumirim, Abre Campo, Lajinha, Ipanema e Mutum.
Editado aos Domingos pela Fundação Expansão Cultural - Circula em todas as cidades do leste de Minas.

Colaboradores: Danilo Alves, João Vitor Nunes e Camila de Souza

Os conceitos emitidos em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores

Reflexão

Pe. Mundinho

A música, exemplo de ação em favor do diálogo ecumênico



A Campanha da Fraternidade Ecumênica 2021 insiste no tema do Diálogo. Os “possíveis caminhos para o diálogo e a construção de pontes de amor e paz em lugar dos muros de ódio”, querem explicitar os sinais da ‘nova humanidade nascida em Cristo’ presente em nosso meio. O Espírito de Sabedoria age e move os fiéis para a paz. Muitas experiências na história da humanidade demonstram que a fraternidade é possível, que existe um caminho que conduz para a comunhão (Cf. Texto Base n. 2).

Um dos objetivos específicos da CFE 2021 apontam para a redescoberta da força e da beleza do diálogo como caminho de relações amorosas. Quando existe este espírito é possível promover a conversão para a cultura do amor, como forma de superar o ódio. Assim, os fiéis são estimulados para viver o diálogo e a convivência fraterna como experiências humanas irrenunciáveis, em meio a crenças, ideologias e concepções, em um mundo cada vez mais plural, compartilhar experiências concretas de diálogo e convívio fraterno (Cf. TB n. 3).

Se falta o diálogo é porque algo não está bem em nosso testemunho cristão. “Olhar com atenção e acarinho para essa fragilidade, muitos mais do que um exercício formal, é um compromisso com nosso Batismo, que apresenta, entre outros, o significado de participar em unidade na diversidade humana” (TB n. 4).

Passos tem sido dados ainda que tímidos e discretos, mas que demonstram um registro de efetivo esforço de caminhar em comunhão. Na terça-feira 23, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) noticiou a adesão de diversas denominações cristãs cantando o Hino da CFE 2021. São diferentes exemplos que manifestam iniciativas em favor da unidade, do “testemunho cristão comprometido com a construção de pontes para o diálogo”. E a música pode ser um exemplo de ação que une em favor do diálogo ecumênico.

No Paraná, o Movimento Ecumênico de Curitiba (Movec) reuniu representantes de diversas denominações cristãs para interpretar o hino da Campanha da Fraternidade Ecumênica 2021. O vídeo teve a participação do compositor da música do hino, Adenor Leonardo Terra, e foi produzido para a celebração de abertura da Campanha na capital paranaense, realizada em parceria entre a Catedral Anglicana e a Arquidiocese de Curitiba.

“Aqui em Curitiba ficamos surpresos com a repercussão da nossa gravação nas redes sociais. Foi um trabalho coletivo dos artistas cristãos que fazemos parte do MOVEC e de outros que acompanham a nossa caminhada e decidiram se unir nesta ação. Esta comunhão musical foi construída em torno à Noite Musical que organizamos todo ano dentro da Semana de Oração pela Unidade Cristã”, conta o músico católico José Luis Manrique, um dos organizadores da iniciativa.

O músico conta que a partir desta Campanha da Fraternidade Ecumênica o núcleo de música do MOVEC cresceu, estando constituído atualmente por ele e mais quatro integrantes de

outras igrejas: Pauline Roeder Siqueira, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil; Lislie Moraes de Carvalho, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil; pastor Ericson Chagas, da Primeira Igreja Batista; e pastor Elion de Almeida, da Igreja Batista em Jardim Atuba.

O grupo tem atuado na dimensão musical das celebrações das Semanas de Oração pela Unidade Cristã. Nos últimos anos, também foram divulgadas produções artísticas nas redes sociais, “mas este novo material no contexto da CFE 2021 viralizou de uma forma inesperada para nós”, confessa Manrique, que também destaca o apoio da equipe do Regional Sul 2, em especial o bispo de Cornélio Procópio (PR) e presidente da Comissão Episcopal Pastoral para o Ecumenismo e o Diálogo Inter-Religioso da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Manoel João Francisco: “No meu caso particular como católico no meio ecumênico, Dom Manoel e a equipe da Regional Sul 2 tem contribuído bastante com a minha vivência, formação e crescimento ecle-

sial”, partilha José Luis. Participação do autor

Adenor Leonardo Terra, que compôs a música em parceria com frei Telles Ramon, participou da gravação vídeo. Para ele, todas as iniciativas em prol do ecumenismo são importantes: “Fiquei muito feliz e honrado com o convite para participar da gravação do vídeo. É uma forma concreta de mostrar que há pessoas que acreditam na promoção da unidade entre os cristãos”.

A Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2021 reforça que a fé em Jesus Cristo “nos compromete a derrubarmos os muros das divisões” e que o Batismo “exige que nos esforcemos em favor de comunidades que expressem a unidade na diversidade”.

Hino da Campanha da Fraternidade Ecumênica 2021

1. Venham todos, vocês, venham todos,
Reunidos num só coração,
/: De mãos dadas formando a aliança,
Confirmados na mesma missão. (bis)

Em nome de Cristo,

que é a nossa paz!

Em nome de Cristo, que a vida nos traz:

Do que estava dividido, unidade ele faz!
Do que estava dividido, unidade ele faz! (cf. Ef 2,14a)

2. Venham todos, vocês, meus amigos,
Caminhar com o mestre Jesus,
/: Ele vem revelar a escritura

Como fez no caminho à Emaús. (cf. Lc 24) (bis)

3. Venham todos, vocês, testemunhas,
Construamos a plena unidade
/: No diálogo comprometido
Com a paz e a fraternidade. (bis)

4. Venham todos, mulheres e homens,
Superar toda polaridade,
/: Pois em Cristo nós somos um povo,
Reunidos na diversidade. (bis)

5. Venham jovens, idosos, crianças
E vivamos o amor-compromisso
/: Na partilha, no dom da esperança
E na fé que se torna serviço. (bis)



Os inúmeros desafios enfrentados por casais em meio à pandemia

Para muitos casais que desejam se casar, a pandemia causou estragos em seus planos, ao mesmo tempo em que reforçou o trabalho em equipe e a resiliência. Para casais que já são casados, a pandemia apresentou uma série de novos testes, aproximando alguns e separando outros.

Passar mais tempo juntos - um resultado comum de bloqueios, quarentena e demissões - tem sido uma bênção para alguns casais que passam a ter mais consideração um pelo outro. Para outros cônjuges, privados de oportunidades para atividades individuais, o aumento do tempo juntos "pode parecer mais uma prisão domiciliar do que uma fantasia", sugeriu Steve Harris, professor de matrimônio e terapia familiar na Universidade de Minnesota e diretor associado do projeto de aconselhamento para casais Minnesota Couples on the Brink (Casais de Minnesota à deriva, em tradução ao português).

Gregory Popcak, psicoterapeuta de Steubenville, Ohio, especializado em aconselhamento matrimonial para católicos, diz que a pandemia tem sido particularmente problemática para cônjuges cujas estratégias de enfrentamento e mediação foram afetadas com o confinamento.

"Para casais que tinham tendência a usar seus compromissos para evitar problemas, a pandemia tornou as coisas infinitamente piores", disse Popcak. "O bloqueio aumentou a temperatura emocional alguns graus... Coisas que antes eram apenas desencontros agora são catastróficas".

No geral, as pessoas ficaram mais cautelosas em meio à pandemia, disse o sociólogo W. Bradford Wilcox, diretor do Projeto Nacional de Casamento da Universidade da Virgínia.

"Esse cuidado está reduzindo a probabilidade de se divorciarem, de se casarem e de terem um filho", apontou.

O reverendo Russ Berg, que dirige um grupo religioso de aconselhamento matrimonial em Minneapolis, tenta encorajar esse tipo de hesitação entre os casais que acompanha. "Alguns chegam dizendo que estão sobrecarregados, lutando com as finanças e pela educação de seus filhos", disse Berg. "Sem ir para o trabalho, eles não têm aquela proteção de estar fisicamente ausentes. Sentem que estão em cima um do outro constantemente".



"Tento colocar em perspectiva, porque todos estão estressados agora e não é um bom momento para tomar decisões sobre o futuro do seu casamento", apontou. "Eu falo para eles: 'Vamos trabalhar nisso por seis meses e entender que não podemos acrescentar a dor do arrependimento à dor do divórcio. explorem todas as suas opções antes de decidir'".

Para inúmeros casais que estavam prontos e decididos a casar, a pandemia afundou os planos de casamento em uma confusão devido às restrições de grandes reuniões e limitações sobre viagens de longa distância.

Em San Diego, Kayleigh e Cody Cousins planejaram inicialmente um casamento em abril, adiaram-no depois que a pandemia se alastrou,

reagendaram para dezembro e tiveram que mudar de planos novamente quando um novo bloqueio foi imposto. "Foi devastador", apontou Kayleigh. "Dissemos: 'Vamos fazer a cerimônia pelo Zoom'". Então, montaram um altar em casa, pediram para um amigo oficializar virtualmente a celebração e realizaram uma cerimônia de casamento no dia 27 de dezembro, assistida remotamente por cerca de 40 de seus amigos e familiares.

Profissionalmente, Kayleigh ajuda o marido a administrar um serviço de corte de árvores, no trabalho se acompanham um do outro. Para

temos tempo para discutir nosso relacionamento, trabalhar para melhorá-lo ou para nos separar. Às vezes, não consigo me lembrar que dia é".

A advogada Elizabeth Lindsey, de Atlanta, presidente da Academia Americana de Advogados Matrimoniais, diz que ela e outros advogados de divórcio geralmente se mantiveram ocupados, em alguns casos lutando com complicações relacionadas à pandemia em relação aos direitos de visitação infantil. Lindsey espera que haja uma demanda reprimida de divórcios assim que a ameaça do Covid-19 diminuir.

muitos casais, há atritos relacionados ao trabalho.

Danielle Campoamor, uma escritora freelancer da cidade de Nova York, diz que ela e seu parceiro de sete anos discutem com frequência, porque a pandemia complica os desafios de criar seus dois filhos e ganhar a renda necessária. Campoamor trabalha em casa e, às vezes, tem que se deslocar para um centro de atendimento da Amazon.

"Ele trabalha em turnos de 12 horas", disse Campoamor, que conta com 34 anos. "Fico sozinha ajudando meu filho de 6 anos com o aprendizado online, educando meu outro filho de 2 anos, cozinhando e limpando". "Há dias em que penso: 'Sim, podemos fazer isso', e outros dias digo: 'Não vou conseguir'", apontou. "Não

"Muitas pessoas com quem consultei não estavam prontas para puxar o gatilho durante a pandemia", disse.

Os últimos meses têm sido mais ocupados do que o normal para Louise Livesay, advogada de St. Paul, Minnesota, que se especializou em divórcio colaborativo - um processo no qual os cônjuges são representados por advogados que buscam negociar resultados justos para ambas as partes.

Livesay disse que o estresse da pandemia exacerbou as tensões existentes em alguns casamentos, levando os casais ao divórcio. Mas a advogada disse também que muitos de seus clientes estão ansiosos para evitar litígios contenciosos e estão abertos a acordos financeiros justos. "Descobri que as pessoas estão um pouco

mais dispostas a trabalhar em busca de soluções quando as coisas estão difíceis", apontou.

Para alguns casais, uma consequência chocante da pandemia foi a descoberta por um dos cônjuges de que o outro os estava traindo. "Isso trouxe à luz muitos casos extraconjugais que as pessoas não podiam mais esconder", disse Harris, da Universidade de Minnesota. "Talvez eles se encontrassem no caminho de ida ou volta para o trabalho. Agora estão trocando mensagens de texto e o outro cônjuge pergunta: 'Para quem você está enviando mensagens?'".

Para outros casais, um problema chave é a perda de suas rotinas pré-pandêmicas. Harris descreveu um casal problemático que procurou aconselhamento matrimonial há um ano, pouco antes de a pandemia começar. Agora, a esposa se sente pressionada a continuar trabalhando, disse Harris, enquanto o marido tenta ajudar os filhos com os trabalhos escolares on-line, embora suas habilidades de ensino não sejam excelentes. Seu amado time de hóquei para adultos foi fechado. "Eles estão em um relacionamento de brigas constantes, e todos os seus mecanismos de enfrentamento foram suprimidos", disse Harris. "Meu coração se entristece por eles".

Na diocese católica de Arlington, Virgínia, o psicólogo Michael Horne, que aconselha casais em nome da Catholic Charities, observou um desenvolvimento comum que atribui em parte à pandemia. Existem agora 20 casais inscritos no programa de adoção, comparado com apenas sete há um ano. "Ter mais tempo juntos deu aos casais tempo para ter aquelas conversas realmente importantes", disse. "Para começar: O que significa ser uma família?".

Volta às aulas presenciais em Minas será facultativa e seguirá modelo híbrido

O governo de Minas divulgou, nesta quarta-feira (24), o novo protocolo de saúde para volta às aulas presenciais. Segundo as secretarias de Estado de Saúde e de Educação, as aulas seguirão um modelo híbrido, mantendo o ensino remoto, além de ser facultativa, ou seja, depende da autorização dos pais para que os estudantes frequentem as escolas.

O retorno só será permitido aos municípios que estiverem nas ondas verde e amarela do Minas Consciente, plano do governo para a retomada das atividades de forma segura. No entanto, só acontecerá nas cidades onde a retomada for autorizada pelo poder municipal, mesmo nas escolas estaduais, e de maneira gradual e alternada.

O ano letivo na rede pública de Minas começará na próxima quarta-feira (3) e a volta às aulas será no dia 8, ainda restrita ao modelo remoto, a princípio, em razão de decisão judicial em caráter liminar que impede a volta aos colégios de forma presencial.

Todos os colégios estaduais seguirão o protocolo e a estratégia educacional da Secretaria de Estado de Educação (SEE). No caso das

instituições de ensino municipais e particulares, cabe a cada município avaliar se irá aderir ao protocolo do Estado ou se a prefeitura irá criar as próprias regras para o funcionamento.

O protocolo foi desenvolvido em parceria entre as secretarias de Estado de Saúde (SES) e da Educação, a Sociedade Mineira de Pediatría e a Associação Brasileira de Neurologia e Psiquiatria Infantil. O grupo analisou estudos internacionais sobre o impacto da pandemia em crianças e adolescentes, além de dados epidemiológicos estaduais, nacionais e internacionais da Covid-19.

Veja medidas estabelecidas no protocolo:

Higiene e proteção

As escolas deverão disponibilizar equipamentos de proteção e produtos de higiene para alunos, professores e funcionários, como dispenser com sabonete líquido, álcool em gel, máscaras reutilizáveis, copos descartáveis, papel toalha, luvas e lixeiras com tampa e pedal.

Bolhas

É recomendado às escolas a adoção de horários distintos de entrada e saída de diferentes turmas ou de criação de bolhas, com



grupos de alunos que não se cruzem.

Ondas

Caso a macrorregião em que o município esteja inserido retorne à onda vermelha, as aulas presenciais poderão continuar, desde que haja o cumprimento de regras ainda mais rígidas de distanciamento.

Distanciamento

Nas ondas verde e amarela, haverá um distanciamento mínimo de 1,5 metro entre os alunos. Como o tamanho médio das salas de aula da rede estadual é de 42 m², haverá, em média, 18 alunos em cada turma. Na onda vermelha, a distância será de 3 metros entre os estudantes, o que reduziria a média de alunos em sala para quatro.

Crêterios de preferência

Quando há mais interessados no retorno presencial do que o possível para a realidade daquela comunidade escolar, a instituição de ensino poderá usar critérios de preferência ou de não preferência, como: crianças pertencentes a grupos de risco; crianças que residam com pessoas de grupo de risco; famílias em condição de vulnerabilidade, principalmente àquelas já registradas no CadÚnico; crianças que residam com tutores sem companheiros, com necessidade de trabalho presencial para manutenção de renda familiar.

Suspensão das aulas

O protocolo cita possibilidades para a suspensão das aulas presenciais em uma sala de aula, em um turno, em uma escola ou mesmo em um município. Essa medida vai depender das ocorrências de casos.

Havendo mais de um caso de aluno com diagnóstico confirmado de Covid-19, toda a turma deve migrar para o ensino on-line. Caso haja mais de uma turma suspensa em um mesmo turno, todo aquele turno migrará para aulas remotas. No caso de necessidade de suspensão de mais de um turno, toda a escola deverá migrar para atividades à distância temporariamente.

Agência Minas

Secretaria de Educação capacita professores sobre educação inclusiva

A Secretaria de Educação ofereceu na manhã de terça (23/02) uma capacitação para professores do ensino infantil sobre educação inclusiva. O curso foi ofertado na Escola Municipal Iolanda Lopes Mól (Ceí Central) e ministrado pela Coordenadora do Departamento de Apoio e Inclusão da Secretaria, Fabiana Trindade.

Segundo Fabiana Trindade, é preciso inovar na educação inclusiva e para isso se faz necessário esse curso, que também é uma tro-

ca de experiências. "Há necessidade de fazer uma educação especial diferenciada e para isso, estamos fazendo a capacitação dos professores aqui hoje, devido a demanda de alunos que o município hoje tem".

A Coordenadora explica que agora existe uma vontade por parte do poder executivo para que esse método de ensino seja executado no município. "O município está repensando a educação especial, juntamente com o apoio do Secretário de Educação Eduardo Portilho e com

a Prefeita Imaculada, nós estamos pensando em uma educação diferenciada", completa Fabiana.

O trabalho vai ser em conjunto, com outros setores e principalmente com a família, segundo Fabiana. "Por isso estamos com uma proposta inovadora, pensando na educação com a saúde, pois ambas não têm como hoje andar dissociadas. Estamos conversando, construindo uma educação especial inovadora na nossa região, juntamente com os familiares, os

professores, um trabalho em conjunto com os terapeutas, porque não tem como trabalhar se não for nessa corrente. E quem vai ganhar com

isso? Os nossos alunos, com certeza", finaliza.

SECOM Prefeitura de Manhuaçu



SAMAL abre inscrição para contratação de pessoal através de Processo Seletivo

Foi publicado no Diário Oficial do Município de Manhauçu desta quarta-feira, 24/01 a Lei que autoriza o SAMAL – Serviço Municipal de Limpeza Urbana, a realizar a contratação de pessoal através de Processo Seletivo Simplificado.

De acordo com o Diretor da autarquia, Kilder Perígolo, o primeiro passo foi a aprovação na Câmara dos Vereadores do Projeto de Lei e agora com a sua publicação, o SAMAL passa a receber currículos dos candidatos a uma das vagas. “Nesta fase do processo seletivo, estaremos recebendo até o dia 03 de março, próxima quarta-feira, os currículos com fotos das pessoas interessadas, que devem ser entregues na sede do SAMAL”, explica.

O candidato deve preencher um cur-

rículo com informações claras e objetivas, além de nome, endereço, escolaridade, dados de contatos dentre outros. “A contratação por Processo Seletivo Simplificado oferece a todos a oportunidade de concorrer a uma vaga, por isso estamos dando toda a transparência e publicidade ao processo”, ressaltou Kilder.

Vagas

As contratações por tempo determinado, autorizadas pela lei, somente poderão ocorrer de acordo com as vagas descritas abaixo para os seguintes cargos:

Auxiliar – Trabalhador Braçal -58 vagas

Assistente Administrativo – 01 vaga

Auxiliar – Gari – 03 vagas

Auxiliar – Gari de Caminhão – 08 vagas

Fiscal Educador - 08 vagas



Motorista - 2 vagas.

Após a seleção dos candidatos, serão realizadas as entrevistas e os aprovados passarão por exames médicos e contratação.

Máscara e caneta

De acordo com os protocolos de saúde, os candidatos devem comparecer na sede do SAMAL, na Avenida Dário Grossi, em frente aos correios da

BR, entre os dias 25 de fevereiro e 03 de março, usando máscara e levar uma caneta azul ou preta, de 8 às 11 h e de 13 às 16 h, de segunda a sexta.

Devido à pandemia do novo coronavírus e para evitar as aglomerações, serão atendidas 50 pessoas por dia, com a distribuição de senhas.

Redes Sociais e Site do SAMAL

Todas as informações referentes ao processo seletivo simplificado serão repassadas através dos canais de comunicação do SAMAL.

Whatsapp – 33 3332 3814 – facebook: samal.manhuacu/ – instagram: samal.adm/ e o site oficial do SAMAL – samal.manhuacu.mg.gov.br

Portal Caparaó

Conselho de Saúde de Manhauçu elege nova mesa diretora

Em reunião na noite da quinta-feira (18/02) no auditório da Secretaria Municipal de Saúde o Conselho Municipal de Saúde elegeu a sua nova mesa diretora para um mandato de um ano, podendo ser

renovado por igual período.

A reunião foi iniciada por dois membros do Conselho da gestão anterior e procedida a chamada dos membros titulares do Conselho. Após a chamada foi

empossada a comissão eleitoral, composta pelos membros que não concorreram aos cargos e foi composta por Dilson Dias Dutra (Trabalhador da saúde), Deise Sampaio Oliveira (Governo), Altamir João da Silva (Usuário), Alcino Ferreira (Usuário), Paulo José Ferreira (Usuário).

Após a instalação da Comissão, foi iniciada a eleição para cada cargo, respeitando a representatividade de cada categoria. A nova mesa é composta por seis conselheiros: José Rodrigues Garcia representante dos usuários do SUS como presidente; Zandra de Fátima Lopes, representante dos usuários como vice-presidente; Jeruza Terezinha Baía, representante dos trabalhadores da saúde como 1ª secretária; Gleisa Otoni Dutra, representante dos usuários como 2ª secretária; Vanderson Alves Fer-

reira representante dos prestadores de serviços como relações públicas; e Ana Lúcia de Assis Garcia, Secretária de Saúde e membro nato do conselho como diretora de organização.

O novo presidente, José Rodrigues Garcia, morador de Bom Jesus do Realeza e membro antigo do Conselho, disse que quer retomar a autonomia do conselho e ser parceiro de todos na nova gestão. “A minha preocupação é defender o SUS e defender o direito do usuário. Junto com a gestão a gente quer fazer uma parceria, discutindo as possibilidades de melhorias nas comunidades e uma saúde de qualidade no nosso município. Eu conto com a experiência dos meus amigos para gente fazer um Conselho estruturado, atuante, com responsabilidades, que possa ter vez e uma atividade representativa,

que tenha autoridade, o que nós perdemos muito esses tempos para trás”, pontua o presidente.

A Secretária de Saúde, Ana Lúcia de Assis Garcia, destaca a importância da participação popular por meio do Conselho nas tomadas de decisões. “Nós acreditamos na participação social, é uma divisão de responsabilidades, porque cabe ao Conselho, as questões deliberativas e de apoio. É o fortalecimento da cidadania, da responsabilização de cada um que está aqui. Temos que entender que o Conselho não pode lutar pelas coisas individuais, mas por uma saúde de qualidade, equânime, aonde todos tenham direitos iguais, mas sempre respeitando as diferenças”, finaliza a Secretária.

SECOM Prefeitura de Manhauçu



Rotary comemora 116 anos de história e serviços voluntários

A dimensão que um sonho pode alcançar não pode ser percebida em seu início. Uma prova disso é a iniciativa de Paul Harris e outros três amigos, a partir de pequenas reuniões na cidade de Chicago, nos Estados Unidos, há 116 anos, em 23 de fevereiro de 1905. Os encontros para discussão de ideais e ações fez surgir uma organização que hoje está presente em vários países e com diversos trabalhos humanitários que eles certamente não imaginavam naquele momento.

Mais que uma reunião de companheirismo, o Rotary Club é hoje uma organização mundialmente conhecida, voltada para questões humanitárias e de responsabilidade social. São aproximadamente 1,2 milhão de voluntários rotarianos presentes hoje em 218 países e regiões geográficas. Algumas ações são grandiosas, de alcance mundial como o plano de erradicação da poliomielite através da vacinação, desenvolvida desde meados dos anos 1980 em parceria com a Organização Mundial da Saúde e outras entidades, e que reduziu em 99% os casos mundiais de pólio. No Brasil, a doença foi erradicada em 1989.

No mundo todo, a organização é dividida em 36.442 Rotary Clubs. O Brasil é um dos países onde o Rotary é mais forte. Segundo a Revista Rotary Brasil, edição de janeiro de 2021, atualmente o país possui 2.411 Clubs e 52.291 rotarianos, sendo 15.173 mulheres. Os associados, chamados de rotarianos, são homens e mulheres que prestam serviços voluntários às comunidades onde atuam profissionalmente, ajudando a promover a ética nos negócios e desenvolvendo projetos em diversas áreas, como saúde e educação, cujo grande objetivo é estimular a boa vontade e a paz mundial.



Manhuaçu

O Rotary Club de Manhuaçu foi fundado em 1954 e integra o Distrito 4521 que é governado por Fauzi Hadad (2020-21). Sob a presidência da dinâmica Maria Érika Braga Souza, o Rotary tem discutido e desenvolvido projetos e ações em prol da comunidade. Destaque para o Programa Empresa Cidadã, com a participação do Centro Universitário UNIFACIG, Multião e Café Emerick, com doações destinadas aos projetos humanitários da Fundação Rotária no Brasil.

O projeto Acertando o Passo é uma iniciativa local de responsabilidade social transformadora que incentiva o aprendizado dos alunos da rede pública, premiando aqueles que apresentarem melhor aproveitamento nas es-

colas cadastradas. No final de 2020 o Rotary implementou, em parceria com o Supermercado Pais e Filhos, o "Troco Solidário - Cada centavo importa". Pela iniciativa, o cliente, ao pagar as compras no supermercado, pode solicitar ao funcionário do caixa, que o troco seja revertido para doação a causas sociais. Os valores arrecadados são revertidos para entidades locais como a Darei Assistência à Criança, Projeto Novo Horizonte, Asilo Sociedade São Vicente de Paulo e outras.

Este ano, os voluntários comemoram os 116 anos da organização com o lema "O Rotary abre oportunidades", uma mensagem de incentivo para que criem oportunidades através de suas habilidades, para que se fortaleçam

e coloquem em prática ações que melhorem a vida dos mais necessitados.

Participando ativamente das iniciativas propostas pelo Rotary

Internacional, e reforçando a importância do envolvimento nas diversas ações em prol da comunidade, o Rotary de Manhuaçu realizou na noite de quinta-feira, dia 25, a doação de R\$ 5.000,00 para o projeto "Se Essa Casa Fosse Minha", valor que será revertido em materiais para a construção ou reforma das casas de famílias carentes que já estão cadastradas. Na sequência, foram homenageados com o título Paul Harris, a mais graduada homenagem do Rotary Internacional, os companheiros Jorge Eduardo, Moreira Lopes, Ademério Eduardo, Rodrigo Hott e a presidente Maria Érika (Paul Harris - Safira).

Em nota de incentivo, o Rotary Internacional destaca que cada rotariano, onde quer que esteja o seu distrito e se envolvendo de coração nas suas ações, é parte de uma peça que forma uma gigantesca força de trabalho. "Nunca nossas comunidades precisaram tanto de nós como nesse momento peculiar que atravessamos. Vamos abraçar os desafios e transformá-los em oportunidades de servir," concluiu a nota do Rotary Internacional.

Moreira Lopes/Júlio Oliveira

ATENÇÃO – OFERTA DE EMPREGO

A Gulozitos Alimentos está oferecendo vagas para trabalhadores portadores de deficiências físicas e necessidades especiais. Para participar do processo seletivo, os candidatos interessados devem enviar seu currículo para o e-mail romildo@gulozitos.com.br ou para o endereço: Rua Augusto Sathler, 600 – Bairro Lajinha – Manhuaçu/MG, CEP: 36900-000.

Além do salário, a empresa oferece benefícios adicionais, tais como: centro médico, refeição no local, vale alimentação e acesso ao clube recreativo.

Venha trabalhar conosco e fazer parte deste grande time.

Clínica Veterinária Municipal se organiza para receber Castramóvel

A Clínica Veterinária Municipal realizou na tarde desta quinta-feira (18/02) uma reunião com ONG's para iniciar a organização da castração em massa de animais (cães e gatos) em Manhuaçu. O Castramóvel, uma carreta preparada para atender os animais, estará entre os dias 3 a 13 de março em Manhuaçu realizando a operação de castração de animais em situação de rua. No total, serão cadastrados 566 animais, todos credenciados por ONG's de proteção animal juntamente com o canil, que fazem o levantamento em todo o município.

Durante a reunião, foram discutidas questões de logística para evitar aglomeração, levantamento dos possíveis locais, materiais e outras questões referentes à instalação do caminhão na cidade.

A castração dos animais em situação de rua é muito importante para controle populacional, como explica o veterinário e Coordenador da Clínica Veterinária, Rafael Rolim: "Essa

é uma política pública muito importante, que às vezes é negligenciada por outras cidades. Animais em excesso nas ruas trazem diversos problemas, como poluição sonora, os animais ficam doentes. Então, ter o controle desses animais é fundamental até para controle de zoonoses, que são aquelas doenças transmissíveis dos animais para os seres humanos. No fim da linha, essas ações trazem mais saúde a população".

O veterinário finaliza alertando à população que a castração é uma das ações para o controle dos animais de rua, mas que é essencial a participação da população para não abandonar animais domésticos nas ruas. "A grande maioria desses animais que estão nessa situação, um dia tiveram um lar, então é fundamental à população ter responsabilidade quando for adotar um bichinho.", finalizou o veterinário.

SECOM Prefeitura de Manhuaçu



Manhuaçu e região seguem na Onda Vermelha do Minas Consciente

A macrorregião Leste do Sul permanece mais uma semana na onda vermelha do Minas Consciente, a mais restritiva do plano. As recomendações foram deliberadas nesta quarta-feira (24/2) durante reunião do Comitê Extraordinário Covid-19 e valem a partir de sábado (27/2).

Na última semana, o número de casos da doença em Minas aumentou 4,5%, enquanto o número de óbitos cresceu 5,1% no mesmo período.

O secretário adjunto de Saúde, Marcelo Cabral, afirmou que o Governo de Minas tem trabalhado para reforçar o enfrentamento da covid-19 no estado, mas ressaltou que o atual momento da pandemia

requer que a população mantenha todos os cuidados.

"É importante destacar que, como a campanha de imunização ainda está em curso e a gente ainda tem uma quantidade menor de vacinas, os cuidados continuam sendo adotados, com uso de máscaras e higienização para que, depois que haja uma imunização mais significativa, possamos olhar para a pandemia de uma outra forma. Neste momento precisamos ainda de toda cautela", pontuou Cabral.

Ondas

Com a deliberação desta quarta-feira (24/2), as macrorregiões Triângulo do Norte, Triângulo do Sul, Noroeste, Centro, Leste do Sul, Leste, Nordeste e

Norte estão contempladas na onda vermelha do Minas Consciente. Já as macrorregiões Jequitinhonha, Vale do Aço, Oeste, Centro-Sul, Sudeste e Sul integram a onda amarela. Atualmente, nenhuma macrorregião mineira se encontra na onda verde do plano, a mais flexível.

Nesta terceira fase do Minas Consciente, todas as atividades ficam permitidas em todas as ondas, desde que cumpram algumas regras, como distanciamento e limitação máxima de pessoas.

Comitê

O Comitê Extraordinário Covid-19 foi criado especialmente para monitorar a situação da pandemia no estado e é presidido pelo secretário

de Saúde, o médico Carlos Eduardo Amaral. O grupo conta ainda com o governador Romeu Zema, todo o secretariado do Executivo mineiro, representantes do Tribunal de Justiça, do Ministério Público

do Trabalho, do Ministério Público de Minas Gerais, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas do Estado, entre outros órgãos estratégicos.

Portal Caparaó



Idosa de 101 anos é vacinada contra a Covid-19 em Simonésia



Seguindo o cronograma de vacinação, através do PNI - Plano Nacional de Imunização, a secretaria de saúde de Simonésia, vacinou na sexta-feira 12/02, Zilta Pinto Coelho, "Dona Zilta", nascida em 05 de junho de 1919, que foi uma das mulheres mais idosas do município de Simonésia, a ser vacinada contra a covid-19, no distrito de Alegria, aos 101 anos de idade.

Além de comerciante, Dona Zilta prestou

outros serviços relevantes à população daquela localidade, como acompanhamento de pessoas em tratamentos médicos e no exercício voluntário de parteira.

Gripe Espanhola

Dona Zilta nasceu em plena pandemia da gripe espanhola, o vírus influenza que se espalhou pelo mundo entre 1918 e 1919, causando a morte de cerca de 50 milhões de pessoas, embora algumas estatísticas falem em até 100

milhões de mortos.

A doença chegou ao Brasil por volta de setembro de 1918 e espalhou-se por grandes centros, São Paulo, por exemplo, pode ter contado com até 350 mil pessoas infectadas. Personalidades importantes da época foram atingidas, como Rodrigues Alves, eleito presidente da República em 1918, mas que não assumiu porque faleceu.

SECOM Simonésia

Secretaria de Segurança do Espírito Santo se reúne com a Polícia Civil de Manhuaçu para conhecer "Plantão Digital"

Nesta quinta-feira, 25, uma comitiva da Secretaria de Segurança do Estado do Espírito Santo veio a Manhuaçu para conhecer o sistema "Plantão Digital". Na ocasião, o grupo pode conhecer como a iniciativa possibilita mais rapidez nos procedimentos e redução de deslocamentos de policiais, vítimas e testemunhas em ocorrências para outra cidade.

O Plantão Digital possibilita a realização de autos de prisão em flagrante por meio de videoconferências, em uma sala virtual, com a participação de policiais e envolvidos em ocorrências criminais. Ele é composto por equipes de policiais civis em dois locais distintos - uma no plantão da Delegacia de Polícia de onde ocorreu o fato e a outra no local da delegacia do plantão digital. Esse diálogo, mantido por meio da plataforma de videoconferência, é registrado diretamente no sistema oficial da Polícia Civil, o PCnet. As ocorrências são processadas no ambiente virtual, com assinaturas digitais e gravações, garantindo integridade ao processo. Para aderir ao projeto basta a delegacia dispor de computadores com câmeras, uma plataforma virtual (pro-

gramas baixados gratuitamente) e conexão de internet.

No dia 2 de junho, Manhuaçu e Caratinga lançaram a segunda fase do projeto, inaugurando o uso da plataforma no interior do estado. As regiões de Manhuaçu e Caratinga, compostas por 48 cidades, passaram a contar com apenas um efetivo no plantão, otimizando assim os recursos humanos.

A expectativa da Polícia Civil é de que até o fim do ano o Plantão Digital seja implantado em todas as regiões do estado.

Benefícios

O Plantão Digital alia qualidade e velocidade na lavratura de procedimentos de flagrante, gerando uma economia de recursos públicos e reduzindo o tempo de permanência de equipes policiais civis e militares nas unidades.

Um ganho evidente é o aumento de servidores no expediente, já que é possível diminuir a quantidade de policiais no plantão. O projeto ainda evita o deslocamento de vítimas, testemunhas e policiais para o encerramento de uma ocorrência em outra cidade.

Danilo Alves
Com informações da Polícia Civil de Minas Gerais



POLÍCIA

Festas clandestinas na pandemia: Polícia cumpre mandados em Abre Campo e Matipó

Em operação conjunta da Polícia Civil e Polícia Militar, foram cumpridos nesta quinta, dia 25/02, mandados expedidos pela Justiça de Abre Campo na casa dos organizadores de festa ocorrida no sítio dos Duques em Abre Campo no dia 30 de janeiro.

Os organizadores realizaram a festa mesmo sendo advertidos pela PM e fiscal de posturas do município, durante todo o dia anterior que a festa desrespeitava todos protocolos de saúde contra COVID-19.

Mesmo assim realizaram festa eletrônica, que contou com centenas de pessoas durante toda madrugada e dia



seguinte.

As buscas foram realizadas por policiais militares e civis de Abre Campo e Matipó na residência de uma pessoa em Abre Campo e resi-

dência de outra pessoa em Matipó.

Foram apreendidos celulares, pen drives, ingressos de festa, ingressos de bebidas, copos "mukafest" e uma

munição calibre 380.

O Capitão Túlio esclarece que a PMMG estará sempre diligente na prevenção de aglomerações que desrespeitem protocolos de

saúde, em momento sanitário tão delicado pelo qual passa o país.

Investigador Ronaldo Mamedio esclarece que a PCMG intensificará o uso de drones para monitoramento de aglomerações clandestinas.

O Delegado Felipe Ornelas esclarece que Inquérito está em andamento, com oitivas de vários participantes da festa e análise minuciosa de dados nos celulares apreendidos para que as responsabilidades criminais sejam atribuídas na medida da responsabilidade de cada um e que mais buscas podem ocorrer.

Portal Caparaó

Policiais penais são condenados a mais de 10 anos de prisão

Dois policiais penais foram condenados a uma pena de 10 anos e oito meses de reclusão e de um ano e três meses de detenção, além de mil dias-multa, por associação para o tráfico ilícito de entorpecentes (artigo 35 da Lei 11.343/06) e por facilitarem a entrada de telefones celulares em estabelecimento prisional (artigo 349-A do Código Penal). A decisão foi pro-

ferida pela Justiça no dia 18 de fevereiro, quando também foi decretada a perda do cargo público.

Os crimes foram cometidos no interior do Presídio de Leopoldina, na Zona da Mata, nos anos de 2019 e 2020. O processo teve como ponto de partida as investigações que resultaram na operação Jogo Duplo, deflagrada no dia 30 de abril de 2020 pelo Ministério

Público de Minas Gerais (MPMG), por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) - Regional da Zona da Mata, em conjunto com a Promotoria de Justiça Criminal de Leopoldina, as Polícias Militar e Civil e o Comando de Operações Especiais (Cope) do Departamento Penitenciário de Minas Gerais (Depen).

De acordo com o MPMG, além da entrada de aparelhos telefônicos e de substâncias entorpecentes, os policiais penais, em conluio com outros indivíduos, facilitavam a entrada de materiais ilícitos para o interior das celas, colocando em risco a ordem pública e o próprio sistema prisional. Para o promotor de Justiça do Gaeco Regional da Zona da Mata, Breno

Costa da Silva Coelho, "o Poder Judiciário, em decisão bem fundamentada, apresenta uma justa e contundente resposta às práticas criminosas ocorridas no interior do estabelecimento prisional, que colocam em evidente risco a ordem pública e a paz social".

Ainda cabe recurso da sentença condenatória.

Portal Caparaó

Policiais militares prendem autor de roubos a taxistas



Neste sábado, 20/02, os militares durante patrulhamento receberam informação dando conta de que o autor dos últimos roubos a taxistas com emprego de faca teria sido visto no bairro Santana, em Manhuaçu.

Durante o rastreamento, os policiais receberam novas informações que o indivíduo já havia saído em direção ao terminal rodoviário.

Após diligências o

autor, de 37 anos, foi localizado e preso. Com ele, foram encontradas duas facas.

Durante conversa, o autor assumiu a autoria dos dois roubos ocorridos a taxistas nas cidades de Alto Jequitibá e Luisburgo, durante a semana.

O autor e o material foram encaminhados a Delegacia de Polícia Civil.

Portal Caparaó

Durante Operação, PM recupera veículo roubado em Martins Soares

Na tarde deste domingo (21), a Polícia Militar em Martins Soares realizou uma operação policial, quando em rastreamento a uma motocicleta suspeita, os militares se depararam com o veículo gol de cor vermelha, estacionado em uma estrada vicinal no Córrego Palmeiras.

A equipe PM resol-

veu consultar o veículo através do sistema informatizado, sendo constatado ser um veículo roubado no município de Santa Maria de Jetibá/ES, na data de 19/02/2021.

Diante dos fatos, o veículo foi apreendido e removido pelo serviço credenciado pelo DETRAN/MG.

Portal Caparaó



Posto de combustíveis é assaltado em Vila de Fátima

Neste domingo, 21, o COPOM recebeu informações, através do 190, que havia ocorrido um roubo em um posto de combustíveis na Vila de Fátima.

No local, a vítima, que trabalha como frentista disse que dois indivíduos chegaram em uma motocicleta XRE, cor preta, o carona es-

tava armado com um revólver, aparentemente calibre 38, eles anunciaram o assalto subtraindo o aparelho celular da vítima e R\$433,00 e fugiram sentido a Realiza.

As equipes iniciaram diligências para localizar os autores, porém a vítima teve dificuldades em acionar a PM de

imediato, levando cerca de uma hora para o acionamento, o que prejudicou as diligências.

A PM segue em rastreamento e conta com o apoio da população que pode denunciar através do Disque Denúncia Unificado 181 ou do 190.

Portal Caparaó

11º BPM homenageia destaques do 2º semestre de 2020

Na manhã desta terça-feira, 23/02, o 11º Batalhão de Polícia Militar realizou a tradicional solenidade em homenagem aos destaques profissionais do 2º semestre do ano de 2020.

O Comandante do 11º BPM, Tenente Coronel Luciano Reis homenageou os policiais militares e funcionários civis que se destacaram no desempenho de suas funções. Foram agraciados com certificados nas modalidades administrativa, operacional e motorista padrão.

Pela 12ª Região de Polícia Militar:

Administrativa: 2º Sargento Henrique (da seção de inteligência) e Assistente administrativo Bárbara (da assessoria de comunicação)

Operacional: 1º Tenente Maxwell (Lajinha) e 2º Tenente Werner (Manhuaçu)

Motorista Padrão:

Soldado Lívio (Espera Feliz)

Pelo 11º Batalhão de Polícia Militar:

Administrativa: 2º Sargento Alan, Cabo Elida e Assistente administrativo Jussara.

Na 72ª Companhia PM com sede em Manhuaçu

Operacional 2º Sargento Góes e Cabo Louredo.

Motorista padrão Sargento Naurim e Soldado Mariane.

Na 29ª Companhia PM com sede em Manhumirim

Administrativa 2º Sargento Fernandes (Mutum)

Na 272ª Companhia PM com sede em Abre Campo

Operacional: 3º Sargento Heringer, Cb Moisés e Cb Alencar (Abre Campo)

Administrativa Soldado Nataliane (Abre Campo)

Motorista padrão:

Cabo Rodrigues (Matipó)

Na 273ª Companhia Tático Móvel

Operacional: Sargento Ivan, Cabo Kennedy e Cb Huanderson Martins.

Motorista padrão: Cabo Dias Pereira.

Em razão da pandemia de Covid-19, a solenidade contou apenas com a presença do público interno.

O Comandante do 11º Batalhão ressaltou a importância do reconhecimento daqueles profissionais que se destacaram demonstrando uma maior dedicação no exercício de suas funções convergindo em uma segurança pública de qualidade para a sociedade. Além dos certificados, os militares também foram contemplados com uma nota meritória em seus assentamentos.

Polícia Militar



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDILIVRE LTDA - SICOOB CREDILIVRE

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2020 da Cooperativa de Crédito Credilivre Ltda. – SICOOB CREDILIVRE, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2020 o SICOOB CREDILIVRE completou 28 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2020, o SICOOB CREDILIVRE obteve um resultado de R\$ 6.783.147,54 depois das destinações legais, representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 5,45%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 345.247.260,53. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 453.024.562,89.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	R\$ 205.499.841,73	45,36%
Carteira Comercial	R\$ 247.524.721,16	54,64%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 5,98% da carteira, no montante de R\$ 27.129,093,71.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 511.914.543,95, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 120,18%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 249.591.759,37	48,76%
Depósitos a Prazo	R\$ 250.911.550,64	49,01%
LCA – Letras do Agronegócio	R\$ 11.411.233,94	2,23%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 11,49% da captação, no montante de R\$ 59.477.825,28.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB CREDILIVRE era de R\$ 110.967.290,32. O quadro de associados era composto por 27.421 Cooperados, havendo um acréscimo de 14,01% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A Singular passou a utilizar-se dos serviços prestados pela Cobrança Centralizada do SICOOB CONFEDERAÇÃO SISBR 2.0, visando padronizar os procedimentos de cobrança de créditos de difícil recuperação.

O SICOOB CREDILIVRE adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito para o triênio na AGO de 2019, com mandato até a AGO de 2022, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDILIVRE aderiram, em 28/02/2011, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2020, a Ouvidoria do SICOOB CREDILIVRE registrou 54 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 54 reclamações, 10 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Manhuaçu (MG), 11 de fevereiro de 2021.

Conselho de Administração e Diretoria

Sebastião de Lourdes Lopes
Presidente do Conselho

Vinicius Magalhães Dutra
Vice-Presidente

Gilvan Moreira Costa
Conselheiro Administrativo

José Antonio Pena
Conselheiro Administrativo

Sérgio Lima Dornelas
Conselheiro Administrativo

Sérgio Fernandez Salles
Conselheiro Administrativo

Andréia Maria de Oliveira Bahia
Diretora de Controles e Riscos

Cassius Lopes da Silva
Diretor Administrativo

Adriano de Freitas Amorim
Diretor de Negócios

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDILVRE LTDA - SICOOB CREDILVRE
SICOOB CREDILVRE
BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		830.129.849,03	495.621.817,12
Circulante		607.329.667,55	385.503.741,06
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	353.737.236,34	154.988.478,41
Disponibilidades		8.489.975,81	7.242.011,63
Centralização Financeira - Cooperativas	5	345.247.260,53	147.746.466,78
Operações de Crédito	6	249.338.719,41	225.546.407,89
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		90.361.653,67	75.232.005,76
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(9.333.508,56)	(8.530.461,33)
Financiamentos		10.618.791,87	8.192.386,07
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(461.135,59)	(504.878,89)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		160.528.138,21	156.769.577,67
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(2.375.220,19)	(5.612.221,39)
Outros Créditos	7	2.697.035,53	3.602.965,87
Créditos por Avals e Fianças Honoradas		428.159,78	795.114,37
Rendas a Receber		1.078.350,70	999.566,16
Diversos		1.531.817,13	2.444.073,03
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		36,16	-
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(341.328,24)	(635.787,69)
Outros Valores e Bens	8	1.556.676,27	1.365.888,89
Outros Valores e Bens		1.314.213,34	1.292.763,55
(-) Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens		(25.861,99)	-
Despesas Antecipadas		268.324,92	73.125,34
Não Circulante		222.800.181,48	110.118.076,06
Realizável a Longo Prazo		178.303.053,50	73.256.168,96
Operações de Crédito	6	177.666.644,98	73.256.168,96
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		125.951.347,47	40.937.789,20
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(12.192.296,63)	(5.844.626,93)
Financiamentos		20.592.928,15	11.254.596,12
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(667.132,39)	(500.377,42)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		44.971.703,52	28.400.297,53
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(989.905,14)	(991.509,54)
Outros Créditos	7	636.408,52	-
Diversos		468.000,00	-
Devedores por Depósitos em Garantia		176.322,52	-
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(7.914,00)	-
Permanente		44.497.127,98	36.861.907,10
Investimentos	9	24.180.821,17	21.622.696,15
Participação em Cooperativa Central de Crédito		24.114.372,32	21.556.247,30
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Credito		66.448,85	66.448,85
Imobilizado de Uso	10	20.150.194,64	15.237.328,22
Imobilizado de Uso		25.221.008,89	19.908.248,37
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(5.070.814,25)	(4.670.920,15)
Intangível		166.112,17	1.882,73
Ativos Intangíveis		659.091,66	52.072,73
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(492.979,49)	(50.190,00)
Total do Ativo		830.129.849,03	495.621.817,12
PASSIVO		705.587.426,91	388.619.862,53
Circulante		657.011.974,68	358.340.556,15
Depósitos	11	500.503.310,01	223.250.708,94
Depósitos à Vista		249.591.759,37	89.642.106,06
Depósitos à Prazo		250.911.550,64	133.608.602,88
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	12	9.051.599,95	8.467.617,73
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Do Agronegócio		9.051.599,95	8.467.617,73
Relações Interfinanceiras	13	120.404.963,63	109.799.760,08
Repasse Interfinanceiras		120.404.963,63	109.799.760,08
Relações Interdependências	14	7.681.934,53	4.915.736,14
Recursos em Trânsito de Terceiros		7.681.934,53	4.915.736,14
Outras Obrigações	15	19.370.166,56	11.906.733,26
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados Sociais e Estatutárias	15.1	34.683,43	83.515,03
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	15.2	9.097.948,06	5.383.499,86
Diversas	15.3	2.629.378,09	1.637.555,50
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis		7.608.156,98	4.802.162,87
Não Circulante		48.575.452,23	30.279.306,38
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	12	2.359.633,99	459.041,94
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio		2.359.633,99	459.041,94
Relações Interfinanceiras	13	43.266.879,48	26.989.975,55
Repasse Interfinanceiros		43.266.879,48	26.989.975,55
Outras Obrigações	15	2.948.938,76	2.830.288,89
Diversas	15.3	13.509,35	28.174,53
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis		2.935.429,41	2.802.114,36
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	124.542.422,12	107.001.954,59
Capital Social	17.a	46.496.724,21	47.604.450,38
De Domiciliados No País		46.508.459,45	47.608.141,03
(-) Capital A Realizar		(11.735,24)	(3.690,65)
Reserva de Sobras		72.543.372,20	57.136.860,20
Sobras ou Perdas Acumuladas	17.d	5.502.325,71	2.260.444,01
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		830.129.849,03	495.621.817,12

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDILVRE LTDA - SICOOB CREDILVRE
SICOOB CREDILVRE
DEMONSTRAÇÃO DE SOBROS OU PERDAS ACUMULADO

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		36.347.798,57	69.137.475,53	33.200.860,48	63.328.623,57
Operações de Crédito	20	33.459.090,54	63.966.619,33	28.944.363,01	54.747.171,05
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		2.908.708,03	5.170.856,20	4.256.497,67	8.581.452,52
Dispêndio da Intermediação Financeira	21	(13.348.045,21)	(29.943.420,84)	(17.391.485,22)	(33.008.846,11)
Operações de Captação no Mercado		(2.680.420,67)	(5.622.253,43)	(4.083.207,95)	(8.232.906,55)
Operações de Empréstimos e Repasses		(5.569.966,55)	(10.864.275,44)	(4.879.216,20)	(9.488.681,53)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		(5.097.657,99)	(13.456.891,97)	(8.429.061,07)	(15.287.258,03)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		23.019.753,36	39.194.054,69	15.809.375,46	30.319.777,46
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(3.062.543,05)	(9.691.214,87)	(6.400.029,42)	(14.684.665,64)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	22	9.320.136,52	13.882.136,05	6.090.807,51	9.673.905,18
Rendas (Ingressos) de Tarifas	23	4.941.147,25	9.027.086,40	4.039.304,63	7.830.772,72
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	24	(9.345.419,79)	(18.291.069,41)	(8.937.635,39)	(17.684.618,04)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	25	(8.863.554,03)	(17.665.154,82)	(8.412.925,96)	(16.030.135,85)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(910.871,49)	(1.384.608,83)	(615.400,89)	(977.742,84)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	26	3.310.038,37	7.126.488,39	2.425.554,94	4.334.817,29
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	27	(917.921,99)	(1.417.101,58)	(630.490,76)	(1.061.049,71)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Redução ao Valor Recuperável		-	(1.556,90)	-	-
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Passivos Contingentes		(42.561,31)	(163.658,69)	-	-
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas		(453.536,38)	(803.775,48)	(359.243,54)	(770.614,39)
Resultado Operacional		19.957.210,31	29.502.839,82	9.409.346,04	15.635.111,82
Outras Receitas e Despesas	28	(110.723,56)	(158.665,84)	(22.435,65)	5.884,81
Lucros em Transações com Valores e Bens		1.347,31	1.347,31	4.022,21	4.022,21
Prejuízos em Transações com Valores e Bens		(87.632,52)	(89.657,55)	(65.603,00)	(68.970,50)
Outras Receitas		27.502,23	60.152,36	40.962,93	74.580,67
Outras Despesas		(51.940,58)	(104.645,97)	(1.817,79)	(3.747,57)
Outras Despesas/Receitas de Provisões		-	(25.861,99)	-	-
Resultado Antes da Tributação e Participações		19.846.486,75	29.344.173,98	9.386.910,39	15.640.996,63
Imposto de Rendas		(1.278.071,51)	(1.443.353,30)	(812.036,65)	(1.227.386,28)
Contribuição Social		(831.545,53)	(913.591,17)	(492.342,39)	(748.262,26)
Participações nos Resultados de Empregados		(682.444,74)	(1.045.790,63)	(401.057,53)	(606.744,13)
Sobras/Perdas Antes das Destinações		17.054.424,97	25.941.438,88	7.681.473,82	13.058.603,96
Destinações Legais e Estatutárias	17.d	-	(19.158.291,34)	-	(8.718.063,99)
FATES		-	(3.751.779,34)	-	(2.388.260,75)
Reserva Legal		-	(15.406.512,00)	-	(6.329.803,24)
Resultado Antes dos Juros ao Capital		17.054.424,97	6.783.147,54	7.681.473,82	4.340.539,97
Juros ao Capital	19	(459.134,45)	(1.280.821,83)	(1.109.933,51)	(2.079.895,96)
Sobras/Perdas Líquidas		16.595.290,52	5.502.325,71	6.571.540,31	2.260.644,01

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDILVRE LTDA - SICOOB CREDILVRE
SICOOB CREDILVRE
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Eventos	Capital		Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas	Totais	
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Acumuladas		
Saldo em 31/12/2018	Notas	48.170.592,48	(5.742,22)	49.983.733,83	3.573.323,13	101.721.907,22
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	823.323,13	(823.323,13)	-	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	(2.659.522,24)	-	(2.659.522,24)
Ao Capital	26.405,85	-	-	(26.405,85)	-	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	(64.071,91)	-	(64.071,91)
Constituição de reservas por Incorporações	-	-	-	-	-	-
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-
Par Subscrição/Realização	598.417,19	2.051,57	-	-	-	600.468,76
Par Devalução (-)	(3.204.073,92)	-	-	-	-	(3.204.073,92)
Estorno de Capital	(3.500,00)	-	-	-	-	(3.500,00)
Reversões de Reservas	-	-	-	-	-	-
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	13.058.603,96	-	13.058.603,96
Remuneração de Juros ao Capital:	-	-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(2.079.895,96)	-	(2.079.895,96)
Subscrição de Juros ao Capital	-	-	-	-	-	-
Juros ao Capital	2.026.796,45	-	-	-	-	2.026.796,45
IRRF sobre Juros ao Capital	(6.497,02)	-	-	-	-	(6.497,02)
Movimentações por Incorporações	-	-	-	-	-	-
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(1.936.131,95)	-	(1.936.131,95)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	6.329.803,24	(6.329.803,24)	-	-
Outros Fundos Estatutários	-	-	-	-	-	-
FATES	-	-	-	(452.128,80)	-	(452.128,80)
Saldo em 31/12/2019	47.608.141,03	(3.690,65)	57.136.860,20	2.260.444,01	-	107.001.954,59
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	-	-
Ao Capital	33.895,51	-	-	(2.160.140,06)	-	(2.160.140,06)
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	(66.608,44)	-	(66.608,44)
Constituição de reservas por Incorporações	-	-	-	-	-	-
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-
Par Subscrição/Realização	956.419,08	(8.044,59)	-	-	-	948.374,49
Par Devalução (-)	(3.324.696,34)	-	-	-	-	(3.324.696,34)
Estorno de Capital	(2.763,35)	-	-	-	-	(2.763,35)
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	25.941.438,88	-	25.941.438,88
Remuneração de Juros ao Capital:	-	-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(1.280.821,83)	-	(1.280.821,83)
Juros ao Capital	1.238.218,87	-	-	-	-	1.238.218,87
IRRF sobre Juros ao Capital	(755,35)	-	-	-	-	(755,35)
Movimentações por Incorporações	-	-	-	-	-	-
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(2.651.314,20)	-	(2.651.314,20)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	15.406.512,00	(15.406.512,00)	-	-
FATES	-	-	-	(1.100.465,14)	-	(1.100.465,14)
Saldo em 31/12/2020	46.508.459,45	(11.735,24)	72.543.372,20	5.502.325,71	-	124.542.422,12
Saldo em 30/06/2019	46.938.158,37	(16.178,64)	50.807.056,96	4.407.167,69	-	102.136.204,38
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-
Par Subscrição/Realização	296.390,11	12.487,99	-	-	-	308.878,10
Par Devalução (-)	(1.646.706,88)	-	-	-	-	(1.646.706,88)
Reversões de Reservas	-	-	-	-	-	-
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	7.681.473,82	-	7.681.473,82
Remuneração de Juros ao Capital:	-	-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(1.109.933,51)	-	(1.109.933,51)
Juros ao Capital	2.026.796,45	-	-	-	-	2.026.796,45
IRRF sobre Juros ao Capital	(6.497,02)	-	-	-	-	(6.497,02)
Movimentações por Incorporações	-	-	-	-	-	-
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(1.936.131,95)	-	(1.936.131,95)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	6.329.803,24	(6.329.803,24)	-	-
FATES	-	-	-	(452.128,80)	-	(452.128,80)
Saldo em 31/12/2019	47.608.141,03	(3.690,65)	57.136.860,20	2.260.444,01	-	107.001.954,59
Saldo em 30/06/2020	46.456.741,31	(3.550,34)	57.136.860,20	10.325.970,54	-	113.916.021,69
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	(2.160.140,06)	-	(2.160.140,06)
Ao Capital	33.895,51	-	-	(33.895,51)	-	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	(66.608,44)	-	(66.608,44)
Outros Eventos/Reservas	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas por Incorporações	-	-	-	-	-	-
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-
Par Subscrição/Realização	578.413,58	(8.184,88)	-	-	-	570.228,70
Par Devalução (-)	(1.795.291,12)	-	-	-	-	(1.795.291,12)
Estorno de Capital	(2.763,35)	-	-	-	-	(2.763,35)
Reversões de Reservas	-	-	-	-	-	-
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	17.054.424,97	-	17.054.424,97
Remuneração de Juros ao Capital:	-	-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(459.134,45)	-	(459.134,45)
Juros ao Capital	1.238.218,87	-	-	-	-	1.238.218,87
IRRF sobre Juros ao Capital	(755,35)	-	-	-	-	(755,35)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(2.651.314,20)	-	(2.651.314,20)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	15.406.512,00	(15.406.512,00)	-	-
FATES	-	-	-	(1.100.465,14)	-	(1.100.465,14)
Saldo em 31/12/2020	46.508.459,45	(11.735,24)	72.543.372,20	6.502.325,71	-	124.542.422,12

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDILIVRE LTDA - SICOOB CREDILIVRE

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDILIVRE LTDA - SICOOB CREDILIVRE, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 16/10/1991, filiada à COOPERATIVA CENTRAL CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA – SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDILIVRE, sediada à Rua Doutor José Fernandes Rodrigues, 490, Centro, Manhuaçu/MG, possui 19 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: MANHUMIRIM - MG, CAPUTIRA - MG, MATIPO - MG, SANTANA DO MANHUAÇU - MG, SÃO JOÃO DO MANHUAÇU - MG, MANHUAÇU - MG, CARANGOLA - MG, SIMONÉSIA - MG, SÃO JOSÉ DO MANTIMENTO - MG, SANTA MARGARIDA - MG, LUISBURGO - MG, REDUTO - MG, BELO HORIZONTE - MG.

O SICOOB CREDILIVRE tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 11/02/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDILIVRE LTDA - SICOOB CREDILIVRE junto a seus associados, colaboradores e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliem no cumprimento da nossa missão.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Inclui, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e a atitude do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e ações do Bancob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, liquidadas aos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

o) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

p) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

q) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

r) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

s) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

t) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR/2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

u) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2020 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários (a)	8.489.975,81	5.805.115,63
Relações interfinanceiras - centralização financeira (b)	353.247.260,53	147.746.466,78
Numeração em trânsito	0,00	1.432.995,00
TOTAL	353.737.236,34	154.984.478,41

(a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. (Se aplicável)

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 5.170.856,20 e R\$ 8.581.452,52.

5. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Centralização Financeira - Cooperativas	Circulante	Circulante
	345.247.260,53	147.746.466,78

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS conforme determinado no art. 24 da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31 de 2019/2020 e 31/12/2019 foram respectivamente R\$ 5.170.856,20 e R\$ 8.581.452,52.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	90.361.653,67	125.951.347,47	216.313.001,14	116.169.794,96
Financiamentos	10.618.791,87	20.592.928,15	31.211.720,02	19.446.982,19
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	160.528.136,21	44.971.703,52	205.499.841,73	185.169.875,20
Total de Operações de Crédito	261.508.581,75	191.515.979,14	453.024.560,89	320.786.562,35
(-) Provisões para Operações de Crédito	(12.169.864,34)	(13.849.334,16)	(26.019.198,50)	(21.984.075,50)
TOTAL	249.338.717,41	177.666.644,98	427.005.364,39	298.802.576,85

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA -	Normal	13.221.545,73	365.363,58	1.404.617,56	14.991.526,87	8.083.313,82	
A 0,5% Normal	46.036.067,23	8.333.793,18	121.085.191,32	175.455.051,73	(623.563,75)	(623.563,75)	(623.563,75)
B 1% Normal	67.241.524,15	9.860.475,82	57.068.313,43	134.200.313,40	(916.351,65)	(916.351,65)	(916.351,65)
B 1% Vencidas	339.380,00	44.759,60	0,00	384.139,60	(2.820,14)	(2.820,14)	(2.820,14)
C 3% Normal	47.429.787,96	9.070.823,38	18.527.067,32	75.028.278,66	(1.455.548,54)	(1.455.548,54)	(1.455.548,54)
C 3% Vencidas	842.014,10	156.030,46	0,00	998.044,56	(39.132,27)	(39.132,27)	(39.132,27)
D 10% Normal	13.971.827,63	2.357.635,97	5.635.090,07	21.964.553,67	(1.921.548,27)	(1.921.548,27)	(1.921.548,27)
D 10% Vencidas	2.176.499,33	149.277,00	0,00	2.325.776,33	(173.537,03)	(173.537,03)	(173.537,03)

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
E 30% Normal	7.587.495,85	171.334,82	732.241,47	8.511.071,94	(2.076.097,84)	(2.076.097,84)	(2.076.097,84)
E 30% Vencidas	688.669,85	319.581,17	104.036,91	1.112.287,93	(476.396,64)	(476.396,64)	(476.396,64)
F 50% Normal	2.596.387,90	51.656,06	88.916,24	2.736.860,20	(1.187.033,25)	(1.187.033,25)	(1.187.033,25)
F 50% Vencidas	350.816,10	34.461,69	64.494,04	449.771,83	(950.974,64)	(950.974,64)	(950.974,64)
G 70% Normal	609.067,30	24.021,26	11.784,74	644.873,30	(397.295,48)	(397.295,48)	(397.295,48)
G 70% Vencidas	159.633,69	65.350,32	0,00	224.984,01	(429.937,19)	(429.937,19)	(429.937,19)
H 100% Normal	8.413.508,59	71.141,14	548.489,98	9.033.139,71	(3.524.479,26)	(3.524.479,26)	(3.524.479,26)
H 100% Vencidas	4.648.775,73	136.014,77	179.098,63	4.963.889,15	(7.809.359,57)	(7.809.359,57)	(7.809.359,57)
Total Normal	207.107.212,34	38.386.245,01	285.152.212,14	429.645.669,49	(20.972.884,02)	305.851.367,56	12.101.918,02
Total Vencidos	9.205.788,90	905.475,01	347.629,60	10.458.893,41	(6.946.310,62)	15.235.284,78	(21.984.075,50)
Total Geral	216.313.001,14	31.211.720,02	205.499.841,73	453.024.560,89	(26.019.198,50)	320.786.562,35	(21.984.075,50)
Provisões	(21.525.905,19)	(1.128.267,98)	(3.365.125,33)	(26.019.198,50)		(21.984.075,50)	
Total Líquido	194.787.195,95	30.083.452,04	202.134.716,40	427.005.364,39		298.802.576,85	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	33.305.260,87	57.056.392,80	125.951.347,47	216.313.001,14
Financiamentos	2.774.388,33	7.844.403,54	20.592.928,15	31.211.720,02
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	13.127.123,86	147.401.014,35	44.971.703,52	205.499.841,73
TOTAL	49.206.773,06	172.301.810,69	191.515.979,14	453.024.560,89

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2020	% da Carteira
Sector Privado - Comércio	77.302.529,58	3.649.918,31	0,00	80.952.447,89	18%
Sector Privado - Indústria	8.523.082,21	709.868,01	0,00	9.233.050,22	2%
Sector Privado - Serviços	86.503.172,46	5.262.761,55	0,00	91.765.934,01	20%
Pessoa Física	42.847.438,59	21.573.779,43	205.105.418,46	269.526.636,48	60%
Outros	1.036.778,39	15.292,72	394.423,77	1.446.494,88	0%
TOTAL	216.313.001,14	31.211.720,02	205.499.841,73	453.024.560,89	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	21.984.075,50	12.343.773,56
Constituições/Reversões no período	13.750.084,04	33.739.527,61
Transferência para Prejuízo no período	(9.714.961,04)	(24.086.225,67)
Total	26.019.198,50	21.984.075,50

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Cart
-----------	------------	--------

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Sistema/Equipamentos de Comunicação	20%	451.248,61	65.114,21
Sistema/Equipamentos de Processamento de Dados	20%	4.180.053,02	3.229.756,59
Sistema/Equipamentos de Segurança	10%	388.287,81	806.649,98
Sistema de Transporte	20%	720.606,28	583.965,94
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(3.206.936,74)	(3.161.934,26)
TOTAL		20.150.194,64	15.327.328,22

- (a) As imobilizações em curso foram alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.
- (b) Conforme laudo apresentado pela construtora a vida útil da Edificação foi estimada em 50 anos, desde cumpridos todas as recomendações em relação a manutenção.

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pré-fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	Taxa média (% a.m.)	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	249.591.759,37	2,00%	89.642.106,06	2,00%
Depósito a Prazo	250.911.550,64	0,16	133.608.602,88	0,35
TOTAL	500.503.310,01		223.250.708,94	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	7.667.747,94	2,00%	4.902.233,05	2,00%
10 Maiores Depositantes	40.188.258,64	8,00%	18.901.006,83	8,00%
50 Maiores Depositantes	90.871.087,92	18,00%	42.103.223,31	19,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Despesas de Depósitos a Prazo	2.233.251,60	4.841.621,93	3.657.616,02	7.454.537,12
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(104.723,41)	(248.127,68)	(249.482,45)	(444.234,31)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(342.445,66)	(532.503,92)	(176.109,48)	(334.145,12)
TOTAL	(2.660.420,67)	(5.622.253,43)	(4.063.207,95)	(8.232.906,55)

12. Recursos de aceite e emissão de títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04) e a Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme Lei nº 10.931/04). (se aplicável)

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, abaixo o saldo apropriado em percentual:

Descrição	2º sem/20	2020	Taxa média	2º sem/19	2019	Taxa média
Despesa Letras de Crédito do Agronegócio	(104.723,41)	(248.127,68)	0,16	(249.482,45)	(444.234,31)	0,32

13. Relações interfinanceiras e Obrigações por empréstimos

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2020 Circulante	31/12/2020 Não Circulante	31/12/2019 Circulante	31/12/2019 Não Circulante
Recursos do Bancoob	4,85 a 9,50% a.a	Até 11/2030	125.087.089,90	53.131.863,21	115.099.676,21	33.116.238,33
(-) Despesa a apropriar Bancoob			(4.882.126,27)	(9.864.983,73)	(5.299.916,13)	(6.126.262,79)
TOTAL			120.404.963,63	43.266.879,48	109.799.760,08	26.989.975,55

- a) As despesas dessa transação resultaram em 31/12/2020 o montante de **R\$ 10.864.275,44**, com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de "Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses";

14. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2020 Circulante	31/12/2020 Não Circulante	31/12/2019 Circulante	31/12/2019 Não Circulante
Ordem de Pagamento (a)	7.667.747,94	-	4.902.233,05	-
Recolhimento em Trânsito de Terceiros	14.186,59	-	13.603,98	-
TOTAL	7.681.934,53	-	4.915.837,03	-

- (a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros.

15. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2020 Circulante	31/12/2020 Não Circulante	31/12/2019 Circulante	31/12/2019 Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemeelhados	34.853,43	0,00	83.515,03	0,00
Sociais e Estatutárias	9.097.948,06	0,00	5.383.499,86	0,00
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	2.629.378,09	0,00	1.637.555,50	0,00
Diversas	7.608.156,08	2.948.938,76	4.802.162,87	2.830.288,89
TOTAL	19.370.166,56	2.948.938,76	11.906.733,26	2.830.288,89

15.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020 Circulante	31/12/2019 Circulante
Provisão para Participações nos Lucros	441.809,19	227.754,75
Resultado de Aílos com Associados (a)	1.524.403,64	452.128,80
Resultado de Aílos com não Associados (a)	3.921.115,14	2.305.080,98
Gratificações e Participações a Pagar	46.490,06	24.857,70
Cotas de Capital a Pagar (b)	3.164.130,03	2.373.688,16
TOTAL	9.097.948,06	5.383.499,86

- (a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

- (b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

15.2 Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020 Circulante	31/12/2019 Circulante
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	1.657.591,23	885.330,78
Impostos e Contribuições e Serviços de Terceiros	43.141,96	68.016,23
Impostos e Contribuições sobre Salários	788.224,67	569.540,43
Outros	140.419,53	114.696,06
TOTAL	2.629.378,09	1.637.555,50

15.3 Diversas

Descrição	31/12/2020 Circulante	31/12/2020 Não Circulante	31/12/2019 Circulante	31/12/2019 Não Circulante
Cheques Administrativos (a)	350.000,00	0,00	0	0,00
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	11.234,50	0,00	220.837,41	0,00
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	1.437.744,37	0,00	568.706,55	0,00
Provisão para Pagamentos a Etfuuar (b)	3.263.917,73	0,00	2.623.474,95	0,00
Provisão para Passivos Contingentes (c)	0,00	2.935.429,41	0,00	2.802.114,36
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (d)	598.036,48	13.509,35	451.409,85	28.174,53
Credores Diversos - País	1.947.223,90	0,00	937.734,11	0,00
TOTAL	7.608.156,98	2.948.938,76	4.802.162,87	2.830.288,89

- (a) Referem-se a cheque emitidos por solicitação de associados.

- (b) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com salários e encargos, bem como provisão para férias e 1/3 de férias dos empregados e despesas administrativas.

- (c) Referem-se às provisões constituídas para demandas e questionamentos judiciais conforme detalhamento na nota 34.

- (d) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das cobragações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por cobragações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 22.494.993,20 (R\$ 15.887.366,04 em 31/12/2019), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

- (d) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das cobragações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por cobragações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 22.494.993,20 (R\$ 15.887.366,04 em 31/12/2019), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

16. Instrumentos financeiros

O SICOOB CREDILVIRE opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

17. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	46.496.724,21	47.604.450,38
Associados	27,421	24,051

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 70%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 22/03/2020, os cooperados deliberaram pela distribuição de 100% das sobras líquidas creditadas em conta corrente relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$2.260.644,01, sendo a movimentação demonstrada na DMPL.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2020	2019
Sobra líquida do exercício	24.660.617,05	10.978.708,00
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(6.651.314,20)	(1.936.131,95)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	22.009.302,85	9.042.576,05
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 70%	15.406.512,00	(6.329.803,24)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	1.100.465,14	(452.128,80)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	5.502.325,71	2.260.644,01

18. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Resultado Bruto de Atos Não Cooperativos	7.319.679,26	5.007.217,17
Resultado Não Operacional	(59.340,34)	(22.435,65)
Resultado operacional	7.260.338,92	4.984.781,52
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.356.944,47)	(1.975.648,54)
Outras Deduções (Conforme Res. 129/16 E Res. 145/16)	(2.252.080,25)	(1.073.001,04)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	2.651.314,20	1.936.131,95

19. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

No exercício de 2020, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 1.280.821,83. Em 2019, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 2.079.895,96.

20. Receitas de operações de crédito

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas Adiantamentos A Depositantes	69.330,65	166.047,61	80.726,57	160.283,86
Rendas Empréstimos	17.959.205,57	33.636.490,20	14.787.281,02	29.447.734,19
Rendas Direitos Creditórios Descontados	697.619,93	2.055.226,91	1.446.440,77	2.964.092,62
Rendas Financeiros	2.464.445,12	4.620.785,12	1.992.763,97	3.907.165,52
Rendas Financeiros Rurais - Aplicações com Recursos	4.458.527,50	10.050.098,41	5.571.138,00	9.988.643,92
Rendas Financeiros Rurais - Aplicações com Recursos	1.424.676,98	2.858.596,57	827.823,43	1.371.032,46
Rendas Financeiros Rurais - Aplicações com Recursos	3.988.530,56	6.007.227,78	2.875.908,41	6.141.476,78
Rendas Financeiros Rurais - Aplicações com Recursos	46.790,02	103.352,44	78.784,67	154.374,10
Rendas Financeiros Rurais - Aplicações com Recursos	0,00	4.988,67	104.342,61	211.083,07
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	2.749.964,16	4.273.803,70	1.199.153,56	2.401.294,58
TOTAL	33.459.090,54	54.363.966,61	33.28.944.363,01	54.747.111,05

21. Despesas de intermediação financeira

Descrição	2º Sem 20	31/12/2020	2º Sem 19	31/12/2019
(-) Despesas De Captação	(2.680.420,67)	(5.622.253,43)	(4.063.207,95)	(8.232.906,55)
(-) Desp. Obrigações Por Empréstimos e Repasses	(5.569.966,55)	(10.864.275,44)	(4.879.216,20)	(9.488.681,53)
Despesas De Crédito De Liquidação Duvidosa	10.795.173,90	16.481.607,45	7.818.453,30	11.859.711,41
Outros Créditos De Liquidação Duvidosa	98.413,32	268.125,14	136.051,85	168.452,83
(-) Provisões Para Operações De Crédito	(15.712.346,67)	(29.422.169,17)	(15.850.522,00)	(26.491.598,73)
(-) Provisões Para Outros Créditos	(278.898,54)	(784.455,39)	(533.044,22)	(823.823,54)
Total	(13.348.045,21)	(29.943.420,84)	(17.391.485,22)	(33.008.846,11)

22. Receitas de prestação de serviços

Descrição	2º Sem 20	31/12/2020	2º Sem 19	31/12/2019
Rendas De Cobrança	892.387,08	1.236.504,02	697.015,55	1.382.310,80
Rendas De Transferência De Fundos	66.269,66	69.495,58	-	-
Rendas De Outros Serviços	8.501.479,78	12.513.136,45	5.993.791,96	8.291.594,38
Total	9.320.136,52	13.882.136,05	6.690.807,51	9.673.905,18

23. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas De Pacotes De Serviços - PF	2.164.804,40	4.175.217,80	1.547.182,00	3.300.018,60
Rendas De Serviços Prioritários - PF	430.049,25	869.832,78	497.438,50	957.916,00
Rendas De Serviços Prioritários - PF	3.467,00	9.647,00	221.815,00	439.115,00
Rendas De Tarifas Bancárias - PJ	2.242.826,60	3.969.388,85	1.672.869,13	3.133.723,12
TOTAL	6.841.147,25	12.063.446,43	3.968.304,63	7.830.752,72

Descrição	2º Sem 20	31/12/2020	2º Sem 19	31/12/2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(874.653,11)	(1.763.057,69)	(849.178,82)	(1.650.739,44)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.325.296,46)	(2.592.417,95)	(1.272.352,21)	(2.561.781,48)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(2.008.772,54)	(3.860.907,45)	(1.832.477,69)	(3.623.729,50)
Despesas de Pessoal - Proventos	(5.000.215,25)	(9.803.012,01)	(4.833.328,42)	(9.573.581,43)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(946,34)	(1.070,73)	-	-
Despesas de Remuneração de Estagiários	(135.596,09)	(270.603,60)	(150.298,81)	(274.788,19)
TOTAL	(9.345.419,79)	(18.291.068,41)	(8.537.635,35)	(17.684.616,04)

f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;

g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

31.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

31.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao Centro Corporativo Sicoob (CCS) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

31.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

32. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

33. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos

termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades.

34. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais
Trabalhista	40.005,96	200,00	-	-
PIS	-	273.886,32	-	272.879,53
COFINS	-	1.386.802,34	-	1.381.613,32
PIS FOLHA	-	1.259.538,75	-	1.147.621,51
OUTROS TRIBUTOS	136.316,56	15.000,00	-	-
TOTAL	176.322,52	2.935.429,41	-	2.802.114,36

a) Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB CREDILIVRE**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível de aproximadamente R\$ 890 mil.

b) O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores esperados de saída.

35. Benefícios a empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Multi instituído. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício totalizaram R\$ 131.154,22.

Manhuaçu, 11 de fevereiro de 2021.

Atenciosamente,

Cassius Lopes da Silva
Diretor Administrativo

Adriano de Freitas Amorim
Diretor de Negócios

Andreia Maria de Oliveira Bahia
Diretora de Controle e Risco

André Luiz Neri
Contador CRC/MG 075.675

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito Credilivre Ltda. – SICOOB CREDILIVRE, reunido em 17/02/2021, em cumprimento do art. 89 do Estatuto Social, declara para os devidos fins legais e estatutários, que procedeu minuciosa análise nas demonstrações contábeis, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Credilivre Ltda. – SICOOB CREDILIVRE, em 31 de dezembro de 2020.

Assim, somos unânicos e favoráveis à aprovação, das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Manhuaçu (MG), 19 de fevereiro de 2021

Sérgio Cotrim D'Alessandro
Conselheiro Fiscal-Efetivo

José Antônio do Nascimento
Conselheiro Fiscal-Efetivo

Heliana Bueno Silva
Conselheira Fiscal-Efetivo

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito Credilivre Ltda - Sicoob Credilivre

Manhuaçu - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Credilivre Ltda - Sicoob Credilivre, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Credilivre em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 24 de fevereiro de 2021.



Júlio César Toledo de Carvalho
Contador CRC MG 69.261/O

Elisângela de Cássia Lara
Contador CRC MG 086.574/O

EDITAL DE PROCLAMAS
1º Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais de Manhuaçu

Faço saber que exibiram os documentos exigidos por lei, a fim de se casarem:
005759 - LEONARDO BOREL LOPES, solteiro, maior, advogado, natural de Manhuaçu-MG, residência Rua Coronel Alberto Pinto Coelho, nº 188, Bairro Santana, Manhuaçu-MG, filho(a) de MARCUS VINICIUS TEBAS LOPES e VANDERLEIA APARECIDA BOREL; e LETÍCIA RIBEIRO ALVES, solteira, maior, monitora infantil, natural de Ponte Nova-MG, residência Rua Coronel Alberto Pinto Coelho, nº 188, Bairro Santana, Manhuaçu-MG, filho(a) de e LAILA REGINA ALVES;
005760 - MAICON SERGIO DOS SANTOS, solteiro, auxiliar de soldador, natural de Vitória-ES, residência Rua das Castanheiras, n: 38, Bairro São Francisco de Assis, 00, Manhuaçu-MG, filho(a) de PAULO SERGIO DOS SANTOS e ROSIMERE DOS SANTOS CHAGAS; e AMANDA PEREIRA MARTINS TEIXEIRA, solteira, banhista de pet shop, natural de Manhuaçu-MG, residência Rua das Castanheiras, n: 38, Bairro São Francisco de Assis, 00, Manhuaçu-M, filho(a) de ELVIS TEIXEIRA FILHO e JOANA D'ARC MARTINS;
005761 - SAMUEL SOARES FERRAZ, solteiro, maior, supervisor administrativo, natural de Santa Bárbara-MG, residência Rua Antuérpio Soares Yong, nº 174, apto. 202, Parque Flamboyant, Campos dos Goytacazes-RJ, filho(a) de OSMAN DE OLIVEIRA FERRAZ e DINALUCIA SOARES DIAS FERRAZ; e LÍGIA RODRIGUES DE SALES, solteira, maior, advogada, natural de São João del Rei-MG, residência Avenida Getúlio Vargas, nº 751, apto. 401, Bairro Coqueiro, Manhuaçu-MG, filho(a) de AMIM JOSE DE SALES JUNIOR e RUTH WALTER RODRIGUES DE SALES;
005762 - ADRIK ALVES DE SOUZA, solteiro, maior, designer, natural de Iúna-ES, residência Rua Belo Horizonte, n: 155, Bairro Sagrada Família, 00, Manhuaçu-MG, filho(a) de e MARINA ALVES; e SAMARA SILVA DE CASTRO, solteira, maior, caixa, natural de Manhuaçu-MG, residência Rua Sebastiana Moura, n: 51, Bairro Santa Luzia, 00, Manhuaçu-MG, filho(a) de SIMÁRIO DIAS DE CASTRO e MAGNOLIA JOSÉ DA SILVA DE CASTRO;
005763 - JOSÉ ABEL DE OLIVEIRA, divorciado, maior, auxiliar de produção, natural de Manhuaçu-MG, residência Rua Andreilino Marques, Bairro Engenho da Serra, Manhuaçu-MG, filho(a) de ANTONIO ABEL DE OLIVEIRA e OLIVIA BORGES DE JESUS; e VILMA DA COSTA PEREIRA, solteira, maior, cozinheira, natural de Manhuaçu-MG, residência Rua Andreilino Marques, n: 66, Bairro Engenho da Serra, 00, Manhuaçu-MG, filho(a) de JOSÉ PEREIRA DA SILVA e ELIZA DA COSTA PEREIRA;
005764 - IVAN SILVA, divorciado, maior, vigia, natural de Nova Iguaçu-RJ, residência Rua Jose Bertolace de Barros, nº 348, Bairro Santa Terezinha, Manhuaçu-MG, filho(a) de JOÃO SILVA e MARIA DA PENHA SEIXAS SOARES; e ROS NGELA WERLY, divorciada, maior, costureira, natural de Queimados-RJ, residência Rua Jose Bertolace de Barros, nº 348, Bairro Santa Terezinha, Manhuaçu-MG, filho(a) de ARZEMAR WERLY e CELIRA OLIVEIRA WERLY;
005765 - DAVI CLÉRISTON CAMPOS PEREIRA, solteiro, maior, defensor público, natural de Divino-MG, residência Avenida Pedro Dutra Nicacio Neto, nº 251, apto 303, Cooperação 3, Bela Vista, 00, Cataguases-MG, filho(a) de ADRIANO CAMPOS PEREIRA e RITA DA CONCEIÇÃO CAMPOS PEREIRA; e MAYARA LÍVIA PEREIRA NOVAIS, solteira, maior, empresária, natural de Manhumirim-MG, residência Rua Olimpio Vargas, nº 22, Bairro Sagrada Família, 00, Manhuaçu-MG, filho(a) de PAULO BASÍLIO NOVAIS e MARIA DE LOURDES PEREIRA NOVAIS;
005766 - GUILHERME EVANGELISTA PAZELI, divorciado, maior, trabalhador rural, natural de Manhuaçu-MG, residência Rua Milton Florencio, nº 10, Bairro São Jorge, Manhuaçu-MG, filho(a) de NARCISO EVANGELISTA DOS ANJOS e JANDIRA PAZELI DOS ANJOS; e LÉANDRA DA SILVA, divorciada, maior, diarista, natural de Simonésia-MG, residência Rua Milton Florencio, nº 10, Bairro São Jorge, Manhuaçu-MG, filho(a) de WALDIR DALMIRA DA SILVA e DAZILDA PAZELI DA SILVA;
005767 - GABRIEL ARAÚJO RHODES HOTT, solteiro, maior, corretor de café, natural de Manhuaçu-MG, residência Travessa Angelina Muniz, nº 376, Luciano Heringer, Manhuaçu-MG, filho(a) de GERALDO RHODES HOTT e JOSEFINA ALVES ARAÚJO HOTT; e BRENDA FRANKLIN SILVA, solteira, nascida em 5 de junho de 2003, vendedora, natural de Manhuaçu-MG, residência Córrego Roça Grande, Zona Rural, Manhuaçu-MG, filho(a) de FERNANDO CARLOS DA SILVA e GISLENE APARECIDA DA SILVA;
005768 - HEITOR NICKEL LOOSE, solteiro, maior, engenheiro, natural de Vila Velha-MG, residência Rua Francisco Ladislau, n: 227, Campo Grande, 00, Cariacica-ES, filho(a) de VALDOINO LOOSE e T NIA NICKEL LOOSE; e GABRIELA SIMÃO PIRES, solteira, médica, natural de Manhuaçu-MG, residência Rua Jorge Pinheiro, n: 391, Pinheiro, 00, Manhuaçu-M, filho(a) de MARCELO SOARES PIRES e FÁBIA RODRIGUES SIMÃO PIRES;
005769 - JOEL PEREIRA SINETE, viúvo, maior, aposentado, natural de Manhuaçu-MG, residência Rua Duarte Peixoto, nº 266, apto 303, Bairro Coqueiro, Manhuaçu-MG, filho(a) de ORIDES PEREIRA SINETE e LOURDES DA COSTA PEREIRA; e MAURINA RODRIGUES DA FONSECA, viúva, maior, agricultora, natural de Simonésia-MG, residência Rua Duarte Peixoto, nº 266, apto 303, Bairro Coqueiro, Manhuaçu-MG, filho(a) de LEVINO FERREIRA RAMOS e MASICA RODRIGUES RAMOS;
005770 - THAYSON DA SILVA BENFICA DIAS, solteiro, maior, servente, natural de Manhuaçu-MG, residência Rua Nossa Senhora das Dores, n: 157, Ponte do Silva, 00, Manhuaçu-MG, filho(a) de JOÃO BATISTA DIAS e MARIA LUZIA DA SILVA BENFICA; e CASSIANE RODRIGUES DE MELO, solteira, maior, vendedora, natural de Manhuaçu-MG, residência Rua Nossa Senhora das Dores, n: 157, Ponte do Silva, 00, Manhuaçu-MG, filho(a) de ISMAIL RODRIGUES MOREIRA e NILCÉIA DE MELO MOREIRA;
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei.
Manhuaçu-MG, 28 de fevereiro de 2021
Cassiano Moraes Gomes
Oficial do Registro Civil

COMARCA DE MANHUAÇU - EDITAL COM O PRAZO DE 20 DIAS. SAIBAM todos quantos o presente edital de citação virem ou dele conhecimento tiverem que perante o Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Manhuaçu-MG, corre uma ação de AÇÃO DE COBRANÇA autuada sob o nº 5001061-86.2019.8.13.0394, requerida por CENTRO SUPERIOR DE ESTUDOS DE MANHUAÇU LTDA., empresa mantenedora da Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu - FACIG, inscrita no CNPJ sob o nº 03.752.343/0001-09, em face de ODILON MENDES DE CARVALHO NETO, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 112.364.746-19. Fica, portanto, o Senhor ODILON MENDES DE CARVALHO NETO, atualmente em local incerto e não sabido, CITADO da ação supramencionada, cuja petição inicial e despacho encontram-se à disposição nesta secretaria, para querendo, contestar o pedido nos 15 dias seguintes ao prazo de fluência do presente edital, ficando deste já advertido de que será nomeado curador especial em caso de revelia, conforme art.257, inciso IV do CPC. E para conhecimento de todos os interessados, ausentes, incertos, desconhecidos, e principalmente do interessado, mandou o MM. Juiz expedir o presente edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei". Manhuaçu-MG, 10 de fevereiro de 2021. Eu, Kátia Dutra Moreira Alves. Oficiala de apoio judicial, digitei, Darcimar Alves Caldeira de Oliveira, Gerente de Secretaria, subscreve, por determinação, Dr. Vinícius Dias Paes, MM. Juiz de Direito.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

UNIMED VERTENTE DO CAPARAÓ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 71.499.792/0001-39, com sede à Rua Maestro Filomeno dos Santos, nº 109, Bairro Centro, Manhuaçu/MG, CEP: 36900-000, representada pelo Diretor Presidente, Dr. Marcelo Ker Werner, brasileiro, casado, médico, inscrito no CPF sob o nº 959.720.567-04, na forma da lei, FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital, ou dele conhecimento tiverem para SOLICITAR O COMPARECIMENTO à sede da Unimed Vertente do Caparaó, dentro de 15 (QUINZE) dias a contar desta publicação, do Srs(a) relacionados abaixo, não encontrado no endereço domiciliar anteriormente fornecido, com a finalidade de regularização de seu contrato de plano de saúde. O não comparecimento no prazo previsto para regularização acarretará na rescisão contratual do plano de saúde.

Número Contrato	Identificação	Número Contrato	Identificação	Número Contrato	Identificação
28201497	704374026-xx	282620900024800	123892966-xx	282620500024000	385849678-xx
282612600022500	001718586-xx	282620900027000	097660646-xx	282620600025300	347894216-xx
282620300036600	001720746-xx	282621200022900	042637856-xx	282620700028300	125433256-xx
282620400035100	016698472-xx	282631400059100	001692226-xx	282620900027100	097660646-xx
282620500029800	140083036-xx	282713300006600	045535646-xx	282621000027900	045754756-xx
282620500045000	062997886-xx	282621000030000	118195856-xx	282621100014200	013632726-xx
282620500008700	556099101-xx	28201464	089348576-xx	282621100026700	115194486-xx
282620500046200	097825626-xx	28201496	890891206-xx	282631500209800	349667576-xx
282620600045100	075480646-xx	282026300	284998900001-xx		
282620800029300	137051586-xx	282032600	315128290001-xx		
282620800029700	102740266-xx	282152600	032478810001-xx		

Manhuaçu/MG, 24 de Fevereiro de 2021
Unimed Vertente Do Caparaó
Dr. Marcelo Ker Werner
Diretor Presidente



EU OUÇO A
MAIOR

MÚSICA
PRÊMIOS
INFORMAÇÃO



QUEM OUIVE SABE O QUE QUER

A maior (e a melhor) da região

 /NOVAFM88

 /NOVAFM88

88NOVAFM.COM.BR